



## A INCIDÊNCIA DO TRABALHO NO DESENVOLVIMENTO DO HOMEM HISTORICAMENTE DETERMINADO

Maria Nilvane Zanella<sup>1</sup>

### RESUMO

O artigo realiza uma reflexão sobre a categoria ontológica trabalho. Inicialmente descreve o trabalho na sociedade primitiva, enquanto fator de socialização do homem que possui relação com o desenvolvimento das forças produtivas e do contexto histórico de uma determinada sociedade. O texto mostra as mudanças no mundo do trabalho e tece uma crítica ao pensamento de Hannah Arendt.

**Palavras-chave:** Trabalho. Categoria. História.

### ABSTRACT

The article provides a reflection on the ontological category work. Initially describes work in primitive society, socialization factor while the man who has relation with the development of the productive forces and the historical context of a given society. The text shows the changes in the world of work and the author weaves a critical of the thought of Hannah Arendt.

**Keywords:** Work. Category. History.

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: nilvane@gmail.com



## 1 INTRODUÇÃO

O trabalho é a atividade destinada a utilizar as coisas naturais ou a modificar o ambiente para a satisfação das necessidades humanas. Na história da humanidade, biologicamente falando, o homem primitivo se distingue dos outros animais por algumas características físicas que foram desenvolvidas pela atividade do trabalho, sendo elas: a capacidade de postar-se em pé e assim utilizar os membros superiores na execução de atividades, a utilização do polegar opositor, que permite ao homem o movimento de pinça e o cérebro de maior volume e com estrutura diferente dos outros animais. Esses três fatores, que se desenvolveram pelo trabalho contribuíram também para o desenvolvimento humano possibilitando uma consciência reflexiva que permitiu a ciência dizer que somos *Homo sapiens sapiens*, ou seja, homem que sabe, que sabe.

Conforme Braverman (1974, p. 49) “o trabalho é uma atividade que altera o estado natural” dos materiais que a natureza fornece, com vistas a “melhorar a sua utilidade. [...] Assim, a espécie humana partilha com as demais a atividade de atuar sobre a natureza de modo a transformá-la para melhor satisfazer suas necessidades”.

O presente artigo busca fazer uma discussão, sobre o trabalho enquanto atividade humana e fundante do ser social, que possui relação direta, com o modo como cada sociedade se organiza para transformar a natureza e suprir suas necessidades, visto ser o homem um ser historicamente determinado, em acordo com o desenvolvimento das forças produtivas.

## 2 DESENVOLVIMENTO

O trabalho, mesmo sendo uma atividade também desenvolvida pelos animais, no homem é uma atividade intencional e planejada, sendo por isso exclusivamente humano. Para Marx (1996, p. 298) os “elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios”.

O objeto do qual o trabalhador se apodera diretamente [...] não é objeto de trabalho, mas o meio de trabalho. [...]. Tão logo o processo de trabalho esteja em alguma medida desenvolvido de todo, necessita ele de meios de trabalho já trabalhados. Nas cavernas humanas mais antigas encontramos instrumentos de pedra e armas



de pedra. Ao lado de pedra, madeira, osso e conchas trabalhados, o animal domesticado e, portanto, já modificado por trabalho, desempenha no início da história humana o papel principal como meio de trabalho (MARX, 1996, p. 299).

O trabalho, enquanto ação transformadora da natureza existe desde o Paleolítico (6.000 a 10.000 a.C. aproximadamente). A obtenção de alimentos, a coleta de vegetais, assim como a caça e também a pesca, nada mais era do que trabalho como forma de subsistência imediata do grupo, um meio de trabalho, não existindo nesse momento histórico a produção de excedentes ou acúmulo de riquezas.

Nesta sociedade acima descrita o meio do trabalho, de cada indivíduo era compartilhado com os demais membros do clã e quando determinado lugar deixava de ser propício para a produção, o grupo deslocava-se para outra região.

No Neolítico (10.000 a 2.000 a.C. aproximadamente), houve uma transformação nas relações do homem com a natureza, sendo que, o homem de mero apropriador dos recursos naturais disponíveis, passou a interferir no meio ambiente, produzindo e controlando as fontes de sua alimentação. A partir desta época, teve início o desenvolvimento da agricultura e da criação de animais, transformando socioeconomicamente a história da humanidade, pois os indivíduos que eram nômades passaram neste período a ser seminômades, desenvolvendo soluções técnicas que permitiam melhor aproveitamento dos recursos naturais.

Nessa fase o homem se apropria da natureza e a transforma em instrumento tecnológico. São construídos os machados de pedra polida, enxadas de madeira, desenvolve a cerâmica, a tecelagem e constroem casas utilizando materiais como madeira, barro e pedra. As inovações produzidas pelo homem pertencem à comunidade e os membros, que desejassem usufruir desses benefícios, necessitavam trabalhar para o coletivo. Assim, as inovações seriam os meios de trabalho, já trabalhados, que o homem utiliza. Para Marx o “[...] meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto” (MARX, 1996, p. 298).

Nessa sociedade a divisão do trabalho era baseada no sexo e na idade dos membros do grupo. Assim, enquanto as mulheres dedicavam-se principalmente, a coleta de frutas, legumes e cereais; conservação e preparo destes alimentos e ao cuidado dos filhos; os homens ocupavam-se da caça e da pesca, derrubada de árvores, cortes de lenha, preparação da terra para plantio, construção de casas, além da fabricação de instrumentos



feitos de madeira, osso ou pedra para a produção de arcos, flechas, machados e facas.

Entende-se que o uso e a criação de meios de trabalho, são resultados e ao mesmo tempo condições, que caracterizam um processo de trabalho de onde se extrai o produto. Em Marx (1996, p. 297) todas “[...] as coisas que o trabalho só desprende de sua conexão direta com o conjunto da terra, são objetos de trabalho pré-existentes por natureza”, e se estes receberam um filtro ou tratamento, por meio de trabalho posterior, passa a ser entendido como matéria-prima, não sendo assim, apenas “[...] resultados, mas ao mesmo tempo condições do processo de trabalho” (MARX, 1996, p. 300).

Com a percepção de que o trabalho humano poderia se tornar fator de produção econômico, a força do trabalho humano, passou a ser explorada e o homem escravizado. Nesse sentido, mesmo quando o escravo desenvolvia atividades nobres como educador, pedagogo ou o tesoureiro imperial, era considerado inferior por natureza, não importando o que fizesse, sendo esta uma inferioridade jurídica e nos casos em que escravo conseguia adquirir sua liberdade permanecia simbolicamente ligado ao ex-senhor. Para os romanos havia uma distinção entre os escravos especializados em determinados ofícios e os escravos de serviços mais penosos.

Na sociedade feudal o trabalho escravo continuou a existir, embora de maneira reduzida tendo em vista a existência de servos e artesãos. A diferença eminente entre escravos e servos era a de que os escravos poderiam ser comprados ou vendidos, enquanto que os servos tinham o *status* legal de homem livre, embora os senhores procurassem mantê-los presos às suas terras por meio de compromissos feudais. Nesse sentido, é possível dizer que os servos não eram escravos, mas também não o eram trabalhadores livres como os artesãos que possuíam a liberdade de andar de uma região para outra, produzindo artesanato, em troca de casa, alimento e moedas.

Nas primeiras cidades desenvolveram-se outras inovações fundamentais, além da escrita, numeração, pesos e medidas, o calendário e a própria arquitetura das cidades. A capacidade produtiva possibilitou o escambo dos produtos excedentes, e então a dedicação em outras atividades além da produção alimentícia, ocasionando a divisão social do trabalho e a especialização das funções econômicas, passando a formação do trabalho humano a adquirir maior valor, pois sua utilização era fundamental para o aumento da produção e para transformação da estrutura interna da sociedade.

A formação das cidades contribuiu para que os artesãos deixassem de viver da



agricultura e do artesanato esporádico, para viver de seus ofícios, que lhes permitiam satisfazer suas necessidades e atender à procura do mercado que estava se formando. O artesão contava com o apoio da família no desenvolvimento do trabalho. Em algumas situações o artesão contava com o auxílio de um ajudante, que não era assalariado e contribuía com um pequeno valor para a utilização das ferramentas.

Com o aumento da demanda de produção e também no número de artesãos, estes passaram a possuir aprendizes que recebiam sua remuneração em dinheiro ou alimentos. A partir daí, surgiram especialidades e hierarquias reguladas por associações econômicas que determinavam os interesses de uma categoria profissional.

No século XVIII a revolução industrial possibilita inovações para a produção e o trabalho, antes doméstico, passa a ser em grande escala. Nesse sentido, o Estado Social foi construído para dar resposta à liberdade que favorecia o capitalismo empresarial de maneira selvagem e não dava vínculos, suportes ou qualquer reconhecimento ao trabalhador. A partir de 1848, o levante proletário começa a ganhar forma de revolução, sendo influenciado, principalmente, pelo livro de Karl Marx “*Revolução e contrarrevolução na Alemanha*” e, pela publicação do “*Manifesto do Partido Comunista*”, de Marx e Engels, que ao tratar da luta de classes descrevia o contexto histórico de exploração das crianças nas indústrias, tendo em vista que a luta contra o trabalho precoce não era segmentada da luta do proletariado, da mesma maneira que não era possível falar em proteção da criança no âmbito da família, se antes disso não se falasse da exploração das crianças no ambiente das fábricas.

Como forma de amenizar as revoltas dos trabalhadores e um maior alcance das propostas socialistas, a sociedade burguesa cede para os trabalhadores direitos sociais, no que se convencionou chamar de Estado de bem-estar social, na Europa. A partir das mudanças ocasionadas pela condição estabelecida no Estado Social, o trabalhador deseja viver com essa garantia, que foi uma conquista das lutas e revoluções proletárias. Assim, a carteira de trabalho assinada, a poupança para o acúmulo de recursos, a compra parcelada de bens de consumo chegam até o trabalhador, que encontra no mundo do trabalho a segurança social almejada. Entretanto, com o acesso as novas tecnologias, a sociedade capitalista diminuiu a demanda de trabalho, sendo esta uma contradição absoluta do capitalismo.

Baseando-se no estudo sobre a *Sociedade Antiga* de Lewis H. Morgan, Engels ao



descrever os estágios pré-históricos da civilização, define a produção dos meios de subsistência, como fator decisivo na supremacia do homem na terra, sendo o homem “entre todos os seres, o único que logrou um domínio quase absoluto sobre a produção de alimentos” (ENGELS, s/d, p. 29).

A concepção de Engels é a de que a ordem social em que vivem os homens está condicionada por dois fatores principais, sendo eles, o trabalho e a família, que determinam as fases do desenvolvimento humano e acompanham os progressos obtidos na produção dos meios de existência. Assim, não é por acaso que as mudanças no mundo do trabalho atingem sobremaneira a família contemporânea, especialmente pelo fato de que as transformações sociais desvincularam o homem, da necessidade de relações pessoais e sociais duradouras, entre elas o emprego.

Para justificar as mudanças no modo de produção e acumulação do capital a sociedade globalizada e os aparelhos ideológicos passaram a defender um trabalhador flexível e uma empregabilidade informal. Essa defesa, além de convencer o trabalhador a ser empreendedor, dinâmico, autônomo, responsável e protagonista da sua história profissional, preconizou por outro lado, relações flexíveis também na vida privada.

Arendt, idealizando o trabalho na sociedade capitalista e negando a luta de classes, ao fazer uma reflexão sobre a condição humana nessa sociedade lembrou que o “advento da automação [...] dentro de algumas décadas provavelmente esvaziará as fábricas e libertará a humanidade do seu fardo mais antigo e mais natural, o fardo do trabalho e da sujeição à necessidade” (2008, p. 12). Para a autora, “o desejo de libertação das ‘fadigas e penas’ do trabalho é tão antigo quanto a história que se tem registro”, sendo a isenção do trabalho nenhuma novidade, visto que, “já foi um dos mais arraigados privilégios de uma minoria” possibilitando assim, “[...] a realização de algo com que todas as eras anteriores sonharam e nenhuma pôde realizar”. Ainda segundo a autora essa satisfação é apenas aparente tendo em vista que

A era moderna trouxe consigo a glorificação teórica do trabalho, e resultou na transformação efetiva de toda a sociedade em uma sociedade operária. Assim, a realização do desejo, como sucede nos contos de fadas, chega num instante em que só pode ser contraproducente. A sociedade que está para ser libertada dos grilhões do trabalho é uma sociedade de trabalhadores, uma sociedade que já não conhece aquelas outras atividades superiores, mas importantes em benefício das quais valeria à pena conquistar essa liberdade (ARENDR, 2008, p. 12).

Para Arendt a sociedade atual “é igualitária porque é próprio do trabalho nivelar os



homens” não existindo mais “classes nem uma aristocracia de natureza política ou espiritual da qual pudesse ressurgir a restauração das outras capacidades do homem. [...] e, entre os intelectuais, somente alguns indivíduos isolados consideram ainda o que fazem em termos de trabalho, e não como meio de ganhar o próprio sustento” (ARENDRT, 2008, p. 12-13).

A autora deixa de mencionar, entretanto, que o trabalho, mais do que uma atividade que toma o espaço das atividades superiores (pensamento), é ontologicamente falando, uma atividade de subsistência e transformação da vida social do homem, não sendo igualitária desde que o produto do seu trabalho passou a ser explorado, não sendo possível na sociedade capitalista separar a força de trabalho da remuneração, por uma questão de sobrevivência. A autora tem razão ao dizer que somente alguns indivíduos, não necessitam trabalhar para manter o próprio sustento, e ousou aqui dizer que esses indivíduos privilegiados, são certamente, exploradores do trabalho de outros homens.

### 3 CONCLUSÃO

A linha teórica que orienta esse artigo possibilita a argumentação que uma sociedade sem trabalho, como resultado do avanço das forças produtivas é uma das contradições do próprio capitalismo apresentado e desenvolvido por Marx. Nesta perspectiva, Marx percebeu naquele contexto que o avanço social possibilitado pela inserção da maquinaria nas fábricas, em detrimento da manufatura era um avanço sem retorno, que significaria a destruição da própria sociedade capitalista, que quanto mais avança em seu desenvolvimento tecnológico, mais se depreende da mão de obra do proletariado, colocando o próprio capitalismo em crise.

Neste contexto, o trabalho precarizado e o não trabalho, representam, enquanto não avançamos para um novo modelo de sociedade, a dilaceração das relações sociais e das instituições. Assim, o que temos visto na atualidade é uma violência produzida socialmente que está para além, da violência praticada pelo capitalista para conquistar novos territórios de exploração, mas encontra-se embrenhada nas relações familiares, nas relações de trabalho, nas relações sociais e também nas relações comunitárias.



## REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad. Ciro Mioranza. São Paulo: Escala, s/d. (Grandes obras do pensamento universal, 2).

MARX, Karl. **O capital, crítica da economia política**: o processo de produção do capital. vol. 1, tomo 1. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: I - Feuerbach. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.